

UM ARQUIPÉLAGO TELEGUIADO: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos

Grazielle Rodrigues do Nascimento*

RESUMO

Em 1957, os governos brasileiro e EUA estreitavam seus laços diplomáticos em nome da segurança do hemisfério norte. Como um dos pontos acordados entre ambos, foi instalado uma base militar “americana” na ilha de Fernando de Noronha, um lugar que para alguns era tido como “terra de ninguém”. Nesta ilha, sem que fossem solicitadas escolhas e incertezas, corria um cotidiano repleto de disciplina dos quartéis e de “esquecimentos”. Na ordem dos quartéis, tanto brasileiros como estadunidenses, se estabeleciam como dois grupos distintos em culturas e disciplinas. E inserido no “esquecimento” existia um ordenamento social que configurava o dia-a-dia da ilha, com suas relações sociais e de poder em um constante movimento. As relações estabelecidas entre Brasil e Estados Unidos podem ser revisitadas nos relatos e registros documentais trazidos por quem viveu esse período. Como era a relação entre americanos e brasileiros em Noronha? Por que Fernando de Noronha entra no discurso de salvaguarda da democracia do “hemisfério Norte” como um imperativo de defesa? São alguns questionamentos feitos ao longo da pesquisa e que pretendemos responder nesse trabalho ora esboçado.

Palavras-chaves: Brasil e Estados Unidos; Fernando de Noronha e guerra fria.

ABSTRACT:

1957. Brazil and USA closer their diplomatics relationships in the name of the northern hemisphere security. In Fernando de Noronha Island was installed a US Military base, where the daily move it discipline and “omissions”. In this perspective, both Brazilians and Americans were set as two separate groups in cultures and disciplines. And inserted into “forgetting” there was a social order in a constant motion. The relations established between the two nations can be observed in reports records of who lived that period. How was the relationship between Brazilians and Americans? Why Fernando de Noronha Island inside the speech about the *hemisphere* security like “defense imperative”? Are some questions that we can to answer.

Keys-words: Brazil e United States; Fernando de Noronha and Cold War.

O ajustamento para que a presença dos Estados Unidos fosse efetivada na Ilha de Noronha no ano de 1957, tinha como base legal, alguns atos diplomáticos assinados entre o governo brasileiro e dos Estados Unidos ainda no ano de 1942, em plena Segunda Guerra mundial. Nesse período de segunda guerra ocorria na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência dos Chanceleres, que num sentido estritamente militar, decidia sobre a exclusividade das forças armadas norte-americana a tarefa da defesa hemisférica, e que em contrapartida, destinava às forças armadas da latino-América a manutenção da ordem política e social em seus territórios. Em 1945, na Conferência do México, as nações latino-americanas argumentavam sobre a multipolarização da defesa hemisférica, sendo esse argumento contestado pelos representantes do governo dos Estados Unidos, que se baseavam no

* PPG em história UFPE/CNPq e coordenadora de pesquisa Noronha Multifacetado/ CEPEHC-FN.

princípio de defesa nacional estadunidense. Ficava deliberado o sentido bipolar dessa defesa em ata assinada pelos países participantes, com exceção da Argentina, na Ata de Chapultepec, que versava sobre a Assistência Recíproca e Solidariedade Americana. No ano de 1947, foi assinado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) que funcionaria em caso de agressão ou ameaça de agressão. Reforçados majoritariamente em 1952, esses pactos militares forneciam assistência militar, treinamentos e equipamentos, em especial nos estoques norte-americanos. “Até meados da década de 1960, mais de 02 bilhões de dólares tinham sido utilizados nesses programas” (MOURA 1990: 36, 40 e 44).

O que ocorria no ano de 1957, em Fernando de Noronha, era uma concessão de uso por parte do governo americano à instalação de uma base de monitoramento de mísseis (“os teleguiados”, na fala dos habitantes locais) baseado nos tratados militares acima citados. O clima frio de uma guerra de escalas internacionais não era tão fácil de ser percebida na ilha, já que o isolamento submetido aos que lá residiam engendrava um certo *quê* de esquecimento do ‘mundo lá fora’. Esquecimento esse que mais tarde também seria experimentado pelos ‘americanos’ que para lá eram enviados. A Noronha foi destinada um contingente de 150 norte-americanos. No início

os norte-americanos estiveram em Fernando de Noronha durante todo o mês de novembro e começo de dezembro. Vieram em seis navios, sendo dois muito grandes, e desembarcaram grande quantidade de material em helicópteros que atravessaram os céus da ilha, baixando em clareiras, abertas na ponta da sapata (morro do Farol, uma das extremidades da ilha de difícil acesso), Morro do Francês e Ilha Rata. Ali, construíram acampamentos... Os habitantes limitavam-se a observar os helicópteros que carregava tudo (Apeje DP: 27/01/1957)

para depois serem erguidos os ‘iglus’. A construção dos bangalôs estadunidense trouxe uma nova concepção de organização militar, que era sentida na área restrita aos ‘americanos’. Formou-se uma base planejada e livre dos olhares militar brasileiro, com “instalações moderníssimas e luxuosas”, na visão do repórter João Silveira. Isso causava um certo estranhamento nos que residiam – no caso a comunidade local – pois não significava que esse ordenamento militar tivesse a participação brasileira, como de costume se via acontecer nas construções patrocinadas pelo Exército brasileiro, a qual a ilha estava subordinada¹. A independência e o isolamento da base americana para o restante da ilha nos são demonstrado

¹ A administração do Arquipélago de Fernando de Noronha passou por diferentes órgãos e instituições do governo brasileiro. No século XIX era conferida a ilha a responsabilidade ao Ministério da Guerra (1823); ao Ministério da Justiça (1877) e a Província de Pernambuco (1891). Com a virada para o Século XX é conferida ao Governo Federal a sua jurisdição (1938) até se transformar em um Território Federal, em 09 de fevereiro de 1942, ficando sob o poder do Exército até os anos de 1981. Seguiu-se com a Aeronáutica (1986); o Estado Maior das Forças Armadas - EMFA (1986/1987) e o Ministério do Interior - MINTER (1987/1988), quando em 1988, volta a ser administrado pelo governo do Estado de Pernambuco na forma de Distrito Estadual até então.

quando os “helicópteros carregavam tudo” de tal forma que restava a população, civil e ou militar, ficar de fora, apenas presenciando a manobra. Demonstração essa de que um outro poder bélico e administrativo, estava se configurando nesse cotidiano fernandino.

Os acordos assinados a essa instalação, concedia o aluguel da ilha a esses estrangeiros no prazo de cinco anos possíveis de renovação. Em troca seria disponibilizados ao governo brasileiro equipamento eletrônico e o desenvolvimento do sistema de comunicação instalado no morro francês, também conhecido como o ponto de transmissão e recepção de rádio.

Aquela área foi um acordo do tempo que Juscelino era o presidente. Foi um acordo que os americanos fizeram com o Brasil para fazer aqui; para montar uma base; não era fixa. Era não-fixa. É somente de testes de experiências por cinco anos de teleguiados. Essa foi o que construíram aquela área”. “...a companhia John Tompkins que era a companhia da construção da base. Ai veio um efetivo americano de oitenta americanos da Pan-América. Tudo era técnico de comunicações, de radar. Tinha estação de rádio. Eram cinco casas de estação-rádio. Era uma base de rastreamento de foguetes.”²

Dentro desse ambiente insular, havia os contra e os a favor a essa presença estrangeira. Ao comandante Mafra “era um momento delicado e que deveria ser visto com cautela”; já para a população local era uma oportunidade de extra, ou como o Seu Davi relata, ‘extraordinário’. Um senhor de 76 anos e que trabalhara na base instalada pelo governo dos Estados Unidos em 1957: “...ali era tudo certinho. Se você passasse da hora, eles pagavam o seu extraordinário. É um envelope com dinheiro semanal que era pago por fora, e vem outro envelopezinho com o extraordinário”.

A relação entre estrangeiros e brasileiros era cordial. Recebiam ordens para não se misturar uns com os outros. O tenente-coronel José Francisco da Costa³ tinha a

autoridade para inclusive ordenar a saída de qualquer americano que se comportasse mal. Circunstância difícil de ocorrer, porque os americanos têm rigorosas instruções do pentágono no sentido de tratarem cordialmente os habitantes locais e de não se salientarem, nem de confraternizarem demais com os nativos (Apeje Revista O Cruzeiro: 1959).

As rigorosas instruções acarretavam a solidão que mesmo de intensidade diferente da vivida por quem morava há tempo na ilha, lhes castigava tanto quanto aos brasileiros⁴.

² Entrevista realizadas em julho de 2007, com os senhores Davi Cordeiro (Seu Davi) e Francisco de Oliveira (Seu Chiquito), a respeito da participação desses nas atividades com os militares americanos em 1957.

³ Que assumiu o comando do regimento brasileiro em Noronha, no lugar do Major Abelardo Mafra em 1958.

⁴ Que criavam estratégias para “esquecer o abandono a que relegou o governo do Brasil”. Segundo um relato para “agüentar viver sem padre, sem médico e sem dentista, distraiam-se dispendiosamente com alguns tragos de cachaça” (Apeje DP: 25/01/1957).

Pois bem! Isolamento, esquecimento, transgressão e disciplina são uma constante no dia-a-dia noronhense. E que os tomo como pilares da teia social que configurava a Noronha dos ‘anos dourados’. A vinda dos ditos americanos dava um novo sentido a esse cotidiano sob os pilares citados. Era o “milagre” americano que mudaria a vida deles⁵ para melhor. E isso significava dólar e trabalho.

Para o militar e comandante na ilha, Major Mafra, o momento era delicado, pois se fazia presente uma nova “ordem de poder e que se acentuava com a chegada não do ser americano”, mas sim do fator econômico: o dólar. O poder constituído a partir de então mexia com a vontade de saber algum ofício que desse condições dos que lá residiam, ir trabalhar com o estrangeiro, pelo simples fato de receber a mais que o pago pelo governo brasileiro. Uma nova estrutura de poder estava sendo armada e que conduziu o cotidiano noronhense a voltar-se a esses.

“O homem insular simples e pacato” defrontava-se “com um mundo de instalações complexas e ultramodernas” de telemetria eletrônica, transmissão, recepção, posto meteorológico, estação de tratamento de água, sistema de localização de impactos dos mísseis, estação de produção de energia elétrica, além dos depósitos de água e combustível, somando um total de 11 edifícios construídos para servirem ao propósito americano⁶. “O ar-condicionado que a ilha não conhecia tomou conta das instalações americanas na Campina do Boldró, no morro Francês e em outras localidades”. (Apeje DP: 27/01/1957).

E refletir acerca desses espaços que foram construídos nesse período na ilha e que nos faz percebê-lo ainda hoje ao andar pelas estradas de pretas pedras, é deparar com o público e o privado imbricados, se confundindo em diferentes espaços: um espaço urbano gerenciado pelas relações administrativas e comerciais desenvolvido pelo turismo; um espaço rural que ainda persisti com criação de ovelhas, prática desenvolvida desde o período militar; e em um espaço litorâneo em que as paredes de águas salgadas são os nossos limites. Os olhares desatentos imaginam essa ilha cercada pela natureza, como um espaço ecologicamente ‘correto’, e que tem como garantia a preservação de parte da flora e fauna brasileiras. No entanto, não se percebe a interação do que lhe é natural com o que lhe foi construído para atender a urbanização e as relações sociais e de poder constituídas no local.

⁵ O recorte do Diário de Pernambuco de 1957 traz entre outras coisas a fala de um pescador a respeito dos americanos aportarem na ilha. Segundo ele Noronha “não tem mais nada a dá. Até o nosso peixe dizem que não presta mais, e o Recife não quer mais comprá-lo. Só um milagre poderia salvar esta ilha. Esse milagre será a vinda do americano. O dinheiro vai correr solto e muita gente vai ter onde trabalhar”.

⁶ Segundo memorando assinado pelo Gen Ex. Nestor Souto de Oliveira, presidente da CMMBEU, em 07 de junho de 1962

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES impressos: *Diário de Pernambuco*: 25/01/1957; 27/01/1957; *Jornal do Comércio*: 29/01/1957; 12. 04. 1957; *Revista O Cruzeiro*: 1959; *Prontuário nº 4071* do acervo APEJE/DOPS-PE.

FONTES ORAIS: *Davi Cordeiro*; *José Martins*; *Francisco de Oliveira e Severino Cesário*.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra* – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV.